

Funai muda de perfil e prioriza parceria

A reestruturação da fundação põe fim ao "caráter assistencialista" e tenta resgatar a credibilidade da instituição junto à sociedade

Acyane do Vale

No ano em que comemora 30 anos de existência, a Fundação Nacional do Índio (Funai) vai passar por uma reestruturação geral e ganhar um novo perfil institucional. O presidente da Funai, Sullivan Silvestre, que assumiu em agosto com a tarefa de resgatar a credibilidade do órgão junto às comunidades indígenas e à sociedade, deixou claro na semana passada, em Manaus, que a partir de agora, a Fundação não terá caráter assistencialista, que irá investir em parcerias e definir programas e uma política indigenista nacional.

Estamos assumindo essa tarefa com muita seriedade e pretendemos traçar uma doutrina, uma filosofia para a instituição, acabando com aquela idéia que a Funai deve ser paternalista. Temos que trabalhar baseados numa política indígena

na e para isso queremos ouvir as aldeias, declarou Silvestre.

O presidente esteve em Manaus durante três dias para firmar parcerias com o Exército e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), além de manter contatos com o governo do Estado, a fim de desenvolver diversas atividades na região, inclusive de vigilância das reservas, atualmente encalhadas por falta de recursos e pessoal.

Segundo Silvestre, a instituição, que tem hoje 3.400 funcionários, precisa adotar imediatamente uma gestão de planejamento e ingressar de vez na modernização. Ele explica que a reestruturação da casa é vital para o resgate da credibilidade e a concretização das parcerias. É preciso ver um novo modelo para a Funai, o atual é arcaico, não é eficiente e a assistência às comunidades não chega até o índio. A Funai tem que ser ágil para poder sobreviver, disse.

Dentro do programa de reestruturação está se estudando até a possibilidade de revitalizar as superintendências regionais. O presidente determinou a criação de grupos de trabalho para apresentarem uma análise sobre as vantagens e desvantagens da revitalização das superintendências.

A respeito do fim da política assistencialista dentro da instituição, Sullivan Silvestre afirmou que os recursos não devem ser meramente doados às comunidades. Para justificar sua opinião, lembra o artigo 232, da Constituição Brasileira, que reconhece a autonomia das organizações indígenas. Mesmo que a União detenha o domínio público da terra onde vivem, os índios, detém o direito de exploração das riquezas dessa terra.

Por isso que não há mais a figura da tutela das comunidades indígenas, a Funai não exerce mais esse papel, pois os próprios índios

tem autonomia e independência para exigir seus direitos e essa capacidade é reconhecida pelo legislador constituinte, explicou.

Diante dessa nova filosofia, a instituição irá trabalhar agora como um agente que irá auxiliar e assistir de maneira que as comunidades tenham autonomia para se auto-sustentarem.

Além das parcerias com entidades e órgãos ligados ao Estado e município, Sullivan Silvestre também quer trabalhar em comum acordo com os índios. Estão tentando criar um conselho deliberativo formado por lideranças indígenas para definir, junto com a presidência, uma política indigenista nacional e um programa de trabalho.

Não vou lançar nada de cima para baixo. Nós queremos que os índios tenham vez e voz nessa administração. A minha gestão será da parceria, concluiu.



Ronaldo Assis

Sullivan Silvestre promete, a partir de agora, ouvir as aldeias

28/9/97
Acritica
C. 8

As demarcações de terras indígenas serão prioridade na atual administração. A garantia foi dada pelo presidente Sullivan Silvestre, que admite a necessidade de se concluir os processos para reduzir os conflitos nas reservas entre índios e invasores, que ocorrem hoje em decorrência da falta da demarcação.

No Brasil, existem 556 áreas indígenas, desse número 51% já estão demarcadas. A estatística da Funai é recente. Os outros 49% não demarcados, estão com os processos rolando na justiça há vários anos, sobretudo os da região Norte, que responde por quase 60% da população indígena no Brasil.

No Amazonas, das 179 áreas, existem 69 demarcadas no Estado, ainda faltam mais de 120. De acordo com Silvestre, 29 áreas não se iniciaram o processo de demarcação, e poucas foram contestadas através do decreto 1775, que permite a contestação e questionamento a respeito da área a ser demarcada.

Na opinião de Sullivan, para que haja a conclusão dos processos de demarcação, é preciso vencer administrativamente o decreto 1775. Os processos têm sempre a possibilidade de sofrerem contestações e impugnações, e muitas vezes esbarram junto

ao Poder Judiciário, que acaba sendo um grande entrave para a concretização das demarcações, segundo Sullivan Silvestre.

Mas dentro do decreto, daremos uma resposta firme e até o final da gestão Fernando Henrique Cardoso, iremos avançar muito no quantitativo de áreas demarcadas, garantiu.

Ele também disse que estava surpreso com a enorme preocupação sobre as demarcações manifestada por países estrangeiros, e que fala com dois embaixadores por dia só para explicar o que pretende fazer a frente da Funai com relação aos processos das terras indígenas.

Só o governo da Alemanha investe US\$ 22 milhões na demarcação de terras indígenas na

Amazônia. Fiquei curioso com o que eles querem em troca desse investimento. E a resposta que me foi dada é que o mundo inteiro entende que, dentro do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil, as únicas áreas de floresta que serão preservadas serão aquelas dentro das reservas indígenas, justificou.

Silvestre ainda comentou que para vencer os lobbies e as manobras no Congresso Nacional que engavetam os processos de demarcação, será preciso mobilizar a opinião pública para exigir a conclusão dos mesmos.

O Governo alemão investiu US\$ 22 milhões em demarcações de terras indígenas da Amazônia

Mais agentes de saúde e médicos

A Funai vai abrir concurso público para a contratação de médicos e agentes de saúde. O número de profissionais existentes hoje no órgão para atender todas as comunidades indígenas do país, é considerado um absurdo até pelo próprio presidente da instituição. No caso dos médicos, são 12 para todos os índios do Brasil.

Consciente das limitações, Sullivan Silvestre disse que a nova política da Funai vai buscar, além das contratações através do concurso público, uma aproximação maior com as secreta-

rias de saúde estaduais e municipais, a fim de suprir a deficiência no atendimento da fundação.

Índios serão escolhidos para serem treinados e atuarem como agentes de saúde dentro das aldeias. Também se pretende promover reformas e construção de novas unidades de saúde para o atendimento dos índios doentes.

Temos carência na área de assistência, mas estamos dando prioridade absoluta, principalmente a nível orçamentário, informou.

Quem é

Sullivan Silvestre, 34, foi promotor de Justiça há dez anos, sempre atuando na área ambiental. Exerceu o cargo de procurador de Justiça de Goiás. Manaus é a primeira cidade da região Norte visitada por Sullivan Silvestre. A indicação do seu nome foi feita pelo ministro da Justiça, Iris Rezende. Segundo o próprio Silvestre, a opção em torno do seu nome se deu porque o governo federal chegou à conclusão que os problemas indígenas do Brasil são de natureza jurídica e política.

O próprio Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que tem uma relação muito forte com a questão indígena no Brasil, afirma que 80% dos problemas que ocorrem com os índios são de natureza jurídica, justificou.



Acritica
28/9/97
PNT

C-8 cont.